

Tales Faria

Governo festeja a hora de Davi Alcolumbre a mostrar a cara

Aprovada na Câmara a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da derrubada da escala semanal de seis dias de trabalho por um de folga (6x1), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) avalia que está chegando a hora de o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), se expor.

Até agora Alcolumbre tem feito acenos para um lado e para o outro. Ora diz a interlocutores que não será empecilho à aprovação da matéria, ora se reúne com empresários e opositores à PEC na tese de que é preciso uma discussão “mais aprofundada”.

Em termos objetivos, a discussão “mais aprofundada” significa deixar o assunto para ser votado depois das eleições. Passado o poder de convencimento das urnas, o chamado “povão” perderia espaço de pressão e os políticos conservadores ganhariam coragem para votar contra a derrubada da proposta.

O medo das urnas é que fez com que, na Comissão Especial da Câmara, todos os partidos encaminhassem oficialmente pelo voto a favor da derrubada.

Àquela altura, já era público e notório que, pelo menos dois partidos, o Novo e o PL, trabalhavam intensamente para atrapalhar a votação, atrasando-a ao máximo.

Mas, na hora “H”, o PL deu uma guinada e passou a defender desde uma proposta mais radical de diminuição da carga horária – a escala de quatro dias de trabalho na semana por três de folga –, até que não houvesse tempo de transição para implantação da nova escala. Apenas quatro deputados desses dois partidos acabaram se expondo e votan-

do contra a derrubada da 6x1: três do PL e um do Novo. O resultado foi uma goleada: 34 a quatro.

Enfim, tudo agora se resume ao tempo. Os estrategistas pela aprovação da PEC querem apressar a tramitação e votar o texto final no Congresso (Câmara e Senado) antes das eleições de outubro. Já os estrategistas contrários ao texto querem retardar para após a abertura das urnas.

O presidente do Senado irá expor de fato sua posição ao decidir por uma tramitação do projeto na Casa mais rápida ou mais lenta.

Há dentro do governo duas posições opostas sobre o tratamento que deve ser dado a Alcolumbre nesse momento.

Uma parcela dos auxiliares do presidente defende que o senador estará mais aberto a uma aproximação com o governo neste momento e, portanto, Lula deveria estender-lhe a mão. Isso desanuvriaria o clima entre o Palácio do Planalto e o Senado, o que ajudará na aprovação de temas de interesse do governo até o final do ano.

O clima entre Lula e Davi Alcolumbre ficou pesado desde que o presidente do Senado comandou a derrubada da indicação do advogado-geral da União, Jorge Messias, para ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

Outra parcela dos governistas avalia que não adianta tentar se reaproximar de Alcolumbre. Seria “da natureza” do presidente do Senado morder a asoprar o governo, esticando ao máximo a corda para arrancar benesses e espaço na máquina pública.

Na verdade, nenhum dos dois grupos sabe qual posição Lula acabará assumindo.

Fernando Molica

Trump e o Comando Amarelo

Ainda bem que, para alguns radicais, Donald Trump não estava no poder em 2022 e 2023: ele poderia ter mandado invadir o Brasil para reprimir as organizações terroristas que tentaram explodir um caminhão-tanque no aeroporto de Brasília e planejavam assassinar Lula, Geraldo Alckmin e Alexandre de Moraes. O ataque às sedes dos poderes também poderia ser classificado de terrorista.

Em qualquer um desses casos, bastaria a Casa Branca alegar que os atentados ameaçaram empresas ou cidadãos de seu país para despachar os marines para cá. Motivos não faltariam: a embaixada do Estados Unidos fica a 1.500 metros da Praça dos Três Poderes, pertinho do foco da intentona de 8 de Janeiro; no aeroporto da capital funcionam empresas de origem norte-americana, certamente havia contrerrâneos de Trump nos terminais na hora da explosão abortada.

Com base em suas posições, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) sequer poderia reclamar caso o Departamento de Estado afirmasse que a intervenção no Brasil fora para desbaratar uma organização que poderia, digamos, ser chamada de Comando Amarelo (os EUA alegaram que invadiram a Venezuela para eliminar um tal de Cartel de Los Soles e, depois, admitiram que tal grupo não existia).

O pré-candidato à Presidência cumpre seu papel de integrante da oposição ao reclamar da política de segurança pública do governo federal, alegar que há frouxidão no combate a organizações criminosas e prometer novas formas de enfrentamento. Mas, ao pedir que Trump classifique o PCC e CV de organizações terroristas, ele estendeu o tapete vermelho para uma invasão norte-americana ao

nosso país. E olha que, ao tomar posse como senador, ele prometeu “sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil”.

O PCC e o CV são organizações poderosas, cometem muitos crimes graves, matam, roubam, traficam. Como demonstram investigações recentes, além de infernizarem a vida de milhões de cidadãos, infiltraram-se em instituições públicas e privadas, atuam no Legislativo, no Judiciário, no Executivo, na distribuição de combustíveis, no mercado financeiro.

Mas, até prova em contrário, querem ganhar dinheiro, não cultivam objetivos políticos e ideológicos. Para esses criminosos, pouco importa se um governo é de direita ou de esquerda, desde que continuem a lucrar. No limite, podem representar uma ameaça ao Estado de Direito, com ocorreu na Colômbia e periga acontecer no México: o domínio territorial que exercem em partes do país é grave e não deveria ser admitido. Assim como o país tem reprimir as milícias que, nascidas nos intestinos do aparelho do Estado, também representam um risco às instituições.

Controlar esses grupos que crescem graças a parcerias público-privadas é obrigação de governantes e demais políticos de todas as esferas, mas o problema é nosso, não dos Estados Unidos ou de qualquer outro país. Temos que cuidar de nossos problemas, caso contrário, não seremos dignos de constituirmos um país. Vale lembrar que, em uma invasão, haveria a possibilidade de militares norte-americanos chegarem na Faria Lima — segundo a Polícia Federal, por lá transita boa parte do dinheiro dos cartéis brasileiros.

EDITORIAL

Os perigos de deixar IR para os últimos dias

Todos os anos, a cena se repete: milhões de brasileiros deixam para os últimos dias o envio da declaração do Imposto de Renda, transformando uma obrigação previsível em uma corrida contra o tempo. O hábito de adiar o preenchimento não é apenas um problema de organização pessoal. Ele revela uma cultura de procrastinação que, no caso do Fisco, pode custar caro ao contribuinte.

A proximidade do prazo final costuma provocar congestionamentos nos sistemas da Receita Federal, aumento da ansiedade e uma sucessão de erros cometidos às pressas. Informações omitidas, recibos não conferidos, dados bancários incorretos e divergências entre rendimentos declarados por empresas e contribuintes tornam-se mais frequentes quando a declaração é feita sem planejamento. O resultado pode ser devastador: a tão temida malha fina.

Cair na malha fina não significa, necessariamente, fraude. Muitas vezes, trata-se apenas de inconsistências que poderiam ser evitadas com revisão cuidadosa. Ainda assim, as consequências são desgastantes. O contribuinte pode ter a restituição retida, precisar apresentar documentos comprobatórios e enfrentar meses — ou até anos — de pendências burocráticas. Em casos mais graves, há cobrança de multas e juros, além do risco de responder por sonegação fiscal.

O problema é agravado pela falsa sensação de simplicidade proporcionada pelos programas digitais de preenchimento. Embora a tecnologia tenha facilitado parte do processo, ela não elimina a responsabilidade do cidadão de conferir cada informação enviada. O cruzamento eletrônico de dados realizado pela Receita é cada vez mais sofisticado. Hoje, despesas médicas, movimentações bancárias, aplicações financeiras e rendimentos diversos são rapidamente comparados com informações prestadas por empresas, bancos e prestadores de serviço. Pequenas diferenças já bastam para acionar os mecanismos de fiscalização.

Adiar a declaração também compromete a própria educação financeira do contribuinte. Organizar documentos ao longo do ano, guardar comprovantes e acompanhar receitas e despesas deveria ser parte da rotina de qualquer cidadão. Quando tudo é deixado para a última hora, prevalecem o improviso e a desinformação.

Mais do que evitar multas, entregar a declaração com antecedência representa um exercício de responsabilidade. Planejamento reduz erros, diminui o estresse e garante tempo para corrigir eventuais inconsistências antes do prazo final. Em um país onde a burocracia já consome energia demais da população, insistir na cultura do “depois eu faço” é abrir espaço para problemas que poderiam ser facilmente evitados.

Opinião do leitor

Ganso

O cerebral meia Paulo Henrique Ganso não joga mais pelo Fluminense. Analisa proposta de outro clube, ainda não revelado. Feliz da equipe que dispõe das qualidades técnicas de Ganso. Deixa o Fluminense de cabeça erguida. Respeitado e admirado. Merece ser feliz no novo clube.

Vicente Limongi Netto
Brasília - Distrito Federal

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Cláudio Magnavita (Publisher)
claudio.magnavita@gmail.com

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Anderson Sã e Thiago Ladeira

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872
Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Melo Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Núcleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo: Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13010-132

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.